



GOVERNO DO ESTADO DO CEARÁ
CONTENCIOSO ADMINISTRATIVO TRIBUTÁRIO
CONSELHO DE RECURSOS TRIBUTÁRIOS
1ª CÂMARA DE JULGAMENTO

RESOLUÇÃO Nº 508/2012
68ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DE 22.11.2012
PROCESSO DE RECURSO Nº: 1/3881/2009
AUTO DE INFRAÇÃO: 1/2009.10601-9
AUTUANTE: MARCELO JOSÉ GURGEL DE AQUINO E OUTRO
RECORRENTE: VILA GALÉ-CINTRA(BRASIL) LTDA
RECORRIDO: CÉLULA DE JULGAMENTO DE 1ª INSTÂNCIA
RELATOR: CONSELHEIRO FRANCISCO JOSÉ DE OLIVEIRA SILVA

EMENTA: ICMS. FALTA DE ENTREGA AO AGENTE DO FISCO DE REDUÇÕES “Z”. AUTUAÇÃO IMPROCEDENTE, tendo em vista que as reduções “Z” referente aos exercícios 2007 e 2008 estavam em poder da Sefaz, uma vez que foram entregues à Campanha Sua Nota Vale Dinheiro, por ex-funcionário da autuada que havia furtado referidos documentos, portanto, a existência e a posse dos documentos fiscais pela SEFAZ afastam a infração denunciada. Recurso voluntário conhecido e provido. Reformada, por votação unânime, a decisão condenatória exarada em 1ª Instância, no sentido de declarar a improcedência da autuação, nos termos do voto do relator e manifestação oral da douta Procuradoria Geral do Estado.

RELATÓRIO

A peça inicial acusa o contribuinte de deixar de entregar à fiscalização, 999 cupons fiscais com as reduções “Z” de seus ECF's, referentes aos exercícios de 2007 e m2008, o que resultou na aplicação da multa no valor de R\$ 493.306,20 (quatrocentos e noventa e três mil, trezentos e seis reais e vinte centavos).

Dispositivos infringidos: Arts. 399, parágrafo único, 402, § 1º do Decreto nº 24.569/97. Penalidade: Art. 123, VII, “a”, da Lei 12.670/96, alterado pela Lei 13.418/2003.

Crédito Tributário: MULTA R\$ 493.306,20

Instruem os autos: Informações complementares (fls. 03/04); Ordem de Serviço nº 2009.11481 (fls. 05); Termo de Início de Fiscalização nº 2009.08845 (fls. 06); Ordem de Serviço nº 2009.17019 (fls.

07); Termo de Início de Fiscalização nº 2009.13806 (fls. 08); Termo de Conclusão de Fiscalização nº 2009.15952 (fls. 09).

Os documentos que embasaram o lançamento estão apensados às fls. 10 a 237 dos autos.

A impugnação ao lançamento está apensada às fls. 265 a 276. Acompanham a impugnação os documentos de fls. 278 a 292 dos autos.

Em 1ª Instância o processo foi julgado procedente, conforme fls. 293 a 299 dos autos.

O contribuinte inconformado com a decisão singular interpôs recurso voluntário aduzindo em seu prolog que não apresentou a documentação fiscal solicitada pela fiscalização em virtude do fato de ter sido furtada por ex-funcionário, fato devidamente comprovado, conforme fls. 307 a 319 dos autos.

A Consultoria Tributária, por meio do Parecer nº 412/2012 (fls. 322 a 326) recomenda a manutenção da decisão condenatória exarada em 1ª Instância. A d. PGE adotou referido parecer conforme despacho de fls. 327.

É o relatório.

VOTO DO RELATOR

A peça inicial acusa o contribuinte, acima nominado, de deixar de entregar à fiscalização, 999 cupons fiscais com as reduções "Z" de seus ECF's, referentes aos exercícios de 2007 e m2008, o que resultou na aplicação da multa no valor de R\$ 493.306,20 (quatrocentos e noventa e três mil, trezentos e seis reais e vinte centavos).

De acordo com as alegações da recorrente, a não apresentação da documentação fiscal solicitada pelo agente do Fisco deveu-se ao fato de ter sido furtada por ex-funcionário, fato comprovado por meio dos Boletins de Ocorrência nº 102-26404/2008, 102-18751/2009.

A bem da verdade, restou caracterizada a impossibilidade, por parte do contribuinte, de atender à solicitação do Fisco posto que a referida documentação não mais se encontrava em seu poder, haja vista o furto praticado, estando caracterizada a força maior, a que se refere o § 2º do Art. 123 da Lei nº 12.670/96.

De mais a mais, a Coordenação da Campanha Sua Nota Vale Dinheiro da Sefaz/Ce tinha conhecimento de que as segundas vias das bobinas dos cupons fiscais foram apresentados pelo Sr. Fermino João de Abreu, ex-funcionário da autuada, fato que nos faz concluir que a Sefaz estava de posse da aludida documentação.

Assim, não poderia o contribuinte apresentar a documentação exigida pela fiscalização se esta estava em poder do Fisco.

Pelo exposto, **VOTO** pelo conhecimento do recurso voluntário, dar-lhe provimento, para reformar a decisão condenatória proferida em 1ª Instância e declarar a IMPROCEDÊNCIA da autuação, nos termos deste voto e de acordo com a manifestação oral da d. Procuradoria Geral do Estado.

É o voto.

DECISÃO

Vistos, discutidos e examinados os presentes autos, em que é recorrente **VILA GALÉ-CINTRA (BRASIL) LTDA** e recorrido **CÉLULA DE JULGAMENTO DE 1ª INSTÂNCIA**

A 1ª Câmara do Conselho de Recursos Tributários, por unanimidade de votos, resolve conhecer do recurso voluntário, dar-lhe provimento, para reformar a decisão condenatória proferida pela 1ª Instância, julgando IMPROCEDENTE a presente ação fiscal, tendo em vista que a existência dos documentos fiscais pela SEFAZ afasta a infração denunciada, nos termos do voto do relator, conforme manifestação oral do representante da douda Procuradoria Geral do Estado. Ausente, por motivo justificado, o Conselheiro José Gonçalves Feitosa. Presentes, para apresentação de sustentação oral, os representantes legais da recorrente, Dra. Juliana Lousada Gonçalves Gomes, acompanhada do Dr. Antonio Eugênio Vieira.


SALA DAS SESSÕES DA 1ª CÂMARA DE JULGAMENTO DO CONSELHO DE RECURSOS TRIBUTÁRIOS, em Fortaleza, aos 18 de dezembro de 2012.

Francisca Marta de Sousa
PRESIDENTE


Alexandre Mendes de Sousa
CONSELHEIRO


Annelite Magalhães Torres
CONSELHEIRA

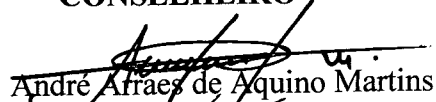

Francisco José de Oliveira Silva
CONSELHEIRO RELATOR


Vanessa Albuquerque Valente
CONSELHEIRA

Ana Mônica Filgueiras Menescal
CONSELHEIRA

José Gonçalves Feitosa
CONSELHEIRO


Manoel Marcelo Augusto Marques Neto
CONSELHEIRO


André Arraes de Aquino Martins
CONSELHEIRO

Matteus Viana Neto
PROCURADOR DO ESTADO